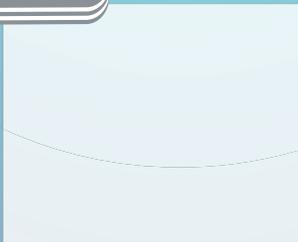


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Fio Direto

SUELY ARANTES

Analista do TCE propõe app para análise de orçamentos de obras

Um aplicativo experimental, denominado Carcará, criado pelo analista de Controle Externo Sérgio Túlio Teixeira e Silva, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, promete automatizar parte da análise de um orçamento de obras públicas em busca de indícios de irregularidades. O projeto, apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da pós-graduação em Controle Externo e Auditoria de Obras Públicas promovida pelo Instituto Leopoldo de Bulhões do TCE em parceria com o IDP, foi premiado



na semana passada com o terceiro lugar do Prêmio Ministro Gama Filho, da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. A apresentação da solução e recebimento do prêmio será no mês de dezembro. "A ideia é que, integrando com as bases de dados dos jurisdicionados, a ferramenta possibilite analisar os orçamentos automaticamente, possibilitando um filtro prévio para mostrar possíveis irregularidades", explica Sérgio Túlio. Ele acrescenta que, caso seja adotado, o modelo pode automatizar algumas das tarefas que os auditores fazem ao analisar um orçamento. Construído dentro da plataforma Qlik Sense, já utilizada pelo TCE-GO, portanto sem necessidade de mais investimentos, o Carcará propõe conceber um modelo de negócio capaz de integrar com uma base de dados de orçamentos de obras públicas e ter como resultado parte da análise para verificar inconsistências. "A solução recebe como input um orçamento de obra e retorna análises prontas", disse.



OVG e Governo lançam plataforma para fortalecer voluntariado em Goiás

Da Redação

A Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) e o Governo do Estado dão mais um passo para estimular o trabalho voluntário e fortalecer a rede de proteção social em Goiás. Na manhã desta quarta-feira, 30, às 9 horas, o governador Ronaldo Caiado e a primeira-dama e presidente de honra da instituição, Gra-

cinha Caiado, promovem o lançamento da Plataforma do Voluntariado, na sede da OVG.

O novo site reunirá informações sobre os programas desenvolvidos pela Organização, como o “Meninas de Luz” e o “Tecendo o Futuro”, além dos projetos das mais de 500 entidades sociais que atendem goianos e goianas de todas as regiões. O obje-

tivo é facilitar o acesso daqueles que querem ajudar, mas, muitas vezes, não sabem como. Por meio da plataforma, o voluntário poderá contribuir de diversas maneiras: seja com doações financeiras, materiais e equipamentos específicos, ou até mesmo com horas de trabalho.

Ainda durante o evento, também será celebrado

o aniversário de 72 anos da OVG. Criada em 1947 por um grupo de mulheres ligadas à igreja católica, a instituição

passou a ter, na década de 1960, a primeira-dama do Estado como presidente.



GILVAN CÂNDIDO

“Medidas são para desonerar o bolso do cidadão goiano”

Em entrevistas à imprensa, o presidente da Goiasprev esmiuçou pontos da PEC que prevê reforma no serviço público estadual, e destacou que, hoje, todo cidadão que nasce em Goiás já começa devendo R\$ 670 à Previdência do Estado

Helton Lenine

A lvo de dúvidas por parte da população, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê uma reforma da Previdência no âmbito do serviço público estadual, e que abrange também municípios, foi esmiuçada pelo presidente da Goiás Previdência (Goiasprev), Gilvan Cândido da Silva, durante entrevistas à imprensa goiana. A proposta foi entregue pelo governador Ronaldo Caiado ao presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Lissauer Vieira, nesta segunda-feira (28/10). Idade mínima, tempo de contribuição, novo cálculo do benefício e regras de transição foram alguns dos tópicos do projeto abordados nas sabinatas.

O presidente Gilvan Cândido reforçou que todo o conjunto de medidas apresentado tem o único intuito de desonerar o bolso do cidadão do Estado, e que elas vão gerar, ao final de dez anos, uma economia de R\$ 8,1 bilhões aos cofres públicos. “Hoje, todo cidadão que nasce em Goiás já começa devendo R\$ 670 para pagar a Previdência do Estado. Essa é uma situação que precisa ser corrigida. A gente não pode mais onerar 7 milhões de goianos”, justificou.

Goiás vai fechar 2019 com um rombo previdenciário de R\$ 2,9 bilhões. Se nada for feito para mudar o cenário, em 10 anos o montante subirá para R\$ 5,9 bilhões. Além de permitir que o Estado saia deste prospecto negativo, as medidas pretendem apurar injustiças históricas e garantir uma concessão de benefícios mais justa e à altura do que o trabalhador contribuiu ao longo de sua carreira.

As novas regras da PEC da Previdência em Goiás, restritas aos servidores públicos, são idênticas à aprovada no âmbito federal. Como exemplo, a idade para aposentadoria. Na regra de pontuação, a idade mínima estabelecida para 2020 é de 62 anos para homens e 56 para mulheres, que somados ao tempo de trabalho deve equivaler a 97 pontos para homens e 87 para mulheres. A cada ano será acrescido um ponto até que em 2033 se alcance o



Gilvan Cândido: correção que beneficia servidor goiano

teto máximo de 106 pontos para homens e 100 para mulheres.

“O servidor escolhe a que melhor lhe atender, ou seja, a que trouxer uma idade mais adequada para ele poder aposentar. A intenção é levá-los mais tempo na atividade, já que a expectativa de vida está aumentando”, explicou Gilvan, salientando que estes são aspectos para garantir a elegibilidade à aposentadoria.

A partir daí, discutiu-se a regra de cálculo do valor do benefício. A exemplo do texto aprovado pelo Senado Federal, todos os servidores que ingressaram após 31 de dezembro de 2003, terão 100% de suas contribuições ao longo da carreira consideradas para efeito de aposentadoria. Até então, a média aritmética era sobre 80% dos maiores salários.

“A lógica desta regra é que a gente tem que receber um benefício compatível com o que nós contribuímos. O valor do benefício precisa estar compatível com toda a sua contribuição ao longo de sua carreira profissional. Portanto, os menores salários também fizeram parte de sua contribuição e é preciso in-

corporá-los. Caso contrário, essa diferença será paga por outras partes”, explicou o presidente da Goiasprev.

Além disso, os servidores têm que trabalhar no mínimo 25 anos para poder receber seus benefícios, sendo que, para garantir 100% do benefício, o tempo de contribuição tem que se estender a 40 anos. Caso não se alcance esse tempo, o valor será proporcional. “Por exemplo, se o servidor tem 20 anos de contribuição, irá receber 60% deste valor, que vai crescendo 2 pontos percentuais a cada ano, de maneira que ao chegar aos 40 anos, ele tenha 100% de recebimento do benefício”, detalhou Gilvan. Segundo ele, o texto apresentado procurou apresentar um incentivo para que os servidores fiquem mais tempo na atividade, evitando a aposentadoria precoce, que tem onerado fortemente o caixa do Tesouro.

O presidente da Goiasprev salientou que as regras de aposentadoria atuais estimulam os servidores a aposentarem precocemente, e que, de 2004 para cá, essa relação ativos e inativos vem reduzindo significativamente. “Hoje, nós temos muito mais inativos e pensionistas do que servidores ativos, e isso onera significativamente o caixa do Tesouro Estadual porque as contribuições não são suficientes para pagar as aposentadorias desses pensionistas e inativos”, explicou.

Ainda sob sua análise, o Estado não pode ficar contratando periodicamente, sempre aumentando a quantidade de servidores porque

“

O servidor escolhe a que melhor lhe atender, ou seja, a que trouxer uma idade mais adequada para ele poder aposentar. A intenção é levá-los mais tempo na atividade, já que a expectativa de vida está aumentando”

tem uma demanda já estabelecida pelo serviço na sociedade. As regras da integralidade e a paridade, no entanto, valerão apenas aos servidores que ingressaram após 31 de dezembro de 2003. “Não há alteração retroativa. Os benefícios já concedidos seguem sendo os mesmos”, assegurou o presidente.

PROFESSORES, POLICIAIS E PENSÃO

Outro ponto discutido foi a questão dos professores, que seguirão uma regra diferenciada, com redução de cinco anos na idade geral estabelecida para aposentadoria. Neste caso, o servidor poderá se aposentar com 60 anos (homens) e 57 (mulheres). O tempo mínimo de contribuição é de 25 anos para ambos os sexos.

De acordo com Gilvan, a regra de idade mínima está estabelecida para os servidores que ingressarem após a aprovação da Emenda Constitucional. Para os servidores que já estão na ativa, a regra de transição traz duas opções: a regra dos pun-

tos em que se soma à idade mínima o tempo de contribuição; e a regra do pedágio, em que o servidor trabalha o dobro do tempo que falta para se aposentar.

Agente de segurança é outra categoria que terá definições específicas. Atualmente, as regras de aposentadoria de policiais civis são baseadas no tempo de contribuição, conforme o sexo: trabalhadores do sexo masculino contribuem 30 anos e os do sexo feminino contribuem por 25 anos. A emenda constitucional aprovada no Senado introduziu a idade mínima para os policiais civis, que agora têm idade mínima de 50 anos para se aposentar.

Sobre policiais militares, Gilvan lembrou que a categoria segue uma regra apresentada em Brasília no Projeto de Lei 1645 das Forças Armadas. “Eles vão aderir às regras que estão em discussão lá no Congresso Nacional. Foi aprovada recentemente na Comissão Especial da Câmara uma proposta que incorpora os policiais militares e o Corpo de Bombeiros às regras das Forças Armadas”

“

Hoje, todo cidadão que nasce em Goiás já começa devendo R\$ 670 para pagar a Previdência do Estado. Essa é uma situação que precisa ser corrigida. A gente não pode mais onerar 7 milhões de goianos”



Credenciados ao Ipasgo vão poder antecipar recebíveis

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

A rede de profissionais e empresas da área da saúde credenciada ao Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo) terá opção de antecipar os valores que têm para receber pelos serviços prestados. O benefício é estruturado com a Golás Fomento para liberar valores em até um dia, mas com a cobrança de taxa. A operação funcionará como um desconto em duplicata.

A antecipação de valores, que apesar de não ter ainda uma data para lançamento, estará disponível em breve, segundo o presidente do Ipasgo, Sílvio Fernandes. Ela ocorre ao mesmo tempo em que as cobranças por qualidade aumentam por parte do Ipasgo e há dificuldades em atender pedidos antigos dos credenciados, como mais celeridade nos pagamentos e maiores valores pela tabela de serviços.

“É uma via de mão dupla. O compromisso com a rede é pagamento em dia e melhoria no relacionamento. A cobrança é sobre prestação de serviço para o usuário e já estamos em clima”, explica Fernandes, ao citar reforço na ouvidoria e selo de qualidade que vai criar critérios de avaliação na rede. Enquanto isso, a opção de antecipar receita dos prestadores de serviço de saúde é tida como benefício.

Fernandes pontua que há dificuldade de crédito para as empresas e maior facilidade as ajudarão a investir ao antecipar o que têm a receber do Ipasgo. Sem a cessão de direito creditório, o prazo normal é de 60 dias para pessoas físicas e 90 dias para jurídicas – parcela responsável por maior volume de recursos.

A taxa que será cobrada nes-

sa operação de compra de recebíveis ainda é estudada para ser atrativa para todos os lados, de acordo com o presidente da Golás Fomento, Rívael Agular Pereira. Como não é empréstimo, o dinheiro antecipado poderá ser utilizado conforme o critério de quem aderir à modalidade. Para fluxo de caixa, capital de giro, investimentos, entre outros.

O limite do valor que poderá ser negociado também ainda está em discussão. “A ideia inicial é variar em torno de 70% a 80% do valor que têm a receber”, diz Pereira. Para o lançamento desse produto pela Golás Fomento, faltaria ainda adequações técnicas para a integração de sistemas entre as instituições para garantir segurança das informações e para que o processo seja de fato rápido.

INTERVALO

O intervalo dos pagamentos não será alterado, uma notícia aguardada pela rede credenciada. Apesar de atualmente seguir prazos comuns aos planos de saúde, somente a partir de setembro é que as pessoas físicas – 3.210 profissionais – passaram a receber em 60 dias. Há estudo para que ocorra redução do prazo, de 90 dias para 60, também para que as empresas – são 900 ao todo.

Com a medida, que Fernandes descreve como parte da melhoria da transparência do Ipasgo, a partir deste mês toda a rede receberá as faturas em uma mesma data. O pagamento será feito no dia 29 de cada mês. Em outubro, representará R\$ 129,301 milhões.

Instituições, como Associação dos Hospitais Privados de Alta Complexidade do Estado do Estado de Goiás, aguardam serem comunicadas oficialmente sobre as mudanças para avaliarem a proposta.



TRAMITAÇÃO

Líder pede vista em projeto de venda de ações da Saneago

Dayrel Godinho

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) acaba aprovou ontem (29) o voto em separado do líder do Governo na Assembleia, deputado Bruno Peixoto (MDB), o qual acata, na íntegra, o relatório do deputado Major Araújo (PSL) ao projeto de lei que prevê a venda de até 49% das ações da Saneago.

A votação da matéria foi conduzida pelo presidente da CCJ, deputado Humberto Aidar (MDB), durante reunião extraordinária realizada na noite desta terça-feira. A proposição precisa obter pelo menos 21 votos favoráveis do Plenário da Alego, em duas fases de votação, para que esteja apta a ser sancionada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM). Ontem ainda houve uma sessão extraordinária, porém a sessão terminou antes, para a realização de uma sessão solene.

Durante a primeira reunião da CCJ o líder pediu vista do relatório do deputado Major Araújo (PSL) ao projeto de lei que prevê a venda de até 49% das ações da Saneago e recomendou a rejeição das emendas que foram apresentadas pelos deputados.

A matéria, que é de autoria do Poder Executivo, inclusive, foi bastante criticada na sessão da Casa e deve ser votado amanhã (31), porque hoje (30) a sessão ordinária foi cancelada para



Maykon Cardoso

Líder do governo assegura que 25% dos recursos servirão para investimentos no saneamento básico

a eleição da mesa diretora.

O líder pediu vista e devolveu o projeto ainda ontem, após a convocação de uma nova sessão da CCJ. O deputado pediu vista após o projeto receber emendas em Plenário na semana passada, fazendo o projeto ser reencaminhado à Comissão, para a confecção de um novo relatório.

No parecer entregue à CCJ, Major Araújo rejeita emenda assinada pela deputada Lêda Borges (PSDB), conjuntamente com os parlamentares Antônio Gomide (PT), Delegada Adriana Accorsi (PT), Talles Barreto (PSDB) e Helio de Sousa (PSDB). A emenda do grupo propunha que 100% dos recursos arrecadados com a venda das ações fos-

sem investidas no saneamento ambiental do estado de Goiás.

Já a emenda feita em Plenário pelo líder Bruno Peixoto, acatada no relatório de Major Araújo, faz apenas uma adequação técnica ao texto, o que, segundo o relator, não afeta em nada a proposta final que já havia sido aprovada pela Comissão Mista.

Deputados divergem sobre uso dos recursos

Durante a sessão de ontem os deputados estaduais fizeram críticas a retirada do projeto da pauta e, principalmente, a possível venda de 49% das ações da empresa de economia mista para uma empresa privada. O líder, porém, saiu em defesa do pro-

jeto, e disse que parte dos recursos serão utilizados no saneamento básico.

O deputado Alysson Lima (Republicanos) acredita que a medida faz parte de um pacote de ações que o Governo de Goiás vem realizando, com o objetivo de conseguir a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

“São 15 estados brasileiros que estão com o discurso da venda dos mesmos 49% das ações das empresas de saneamento. Falei na semana passada e volto a repetir, que por trás de tudo isso existe uma agenda do Governo Federal sinalizando para que os estados leiloem suas estatais em troca de socorro fiscal”, afirmou.

O republicano também acredita que, com a venda de 49% das ações da empresa, o interesse da empresa passará a ser o do mercado, e não mais aos interesses da população. “Tenho certeza que os serviços irão piorar. Imagina que a empresa precise investir em uma cidade que não dá lucro, o setor privado não vai querer investir lá”, completa.

Em resposta o líder do governo defendeu que, caso aprovado, o governo garantiu que ao menos 30% dos recursos da capitalização das ações para o investimento em saneamento básico no estado.

“Esta casa realizou audiências públicas com o presidente da companhia, através desse diálogo nós acolhemos algumas emendas apresentadas em Plenário e na CCJ, como a que garante ao governo o controle de 51% das emendas”.

O emedebista, que utilizou a Tribuna da Casa também criticou a venda da Celg e afirmou que há diferenças entre os dois projetos. “É com muita clareza que voto favorável ao projeto de oferta pública de Ações (IPO) da Saneago. Eu posso dizer que fui contra a venda da Celg e afirmar que o que estamos fazendo é diferente do que a oposição fez que foi vender a empresa. Estamos garantindo o emprego dos servidores e a o controle da empresa”, afirma. **(Especial para O Hoje)**



PEC da Previdência gera discussão

Parlamentares iniciam debates sobre projeto. Bancada da Segurança Pública pretende fazer ajustes

Samuel Straioto

A Proposta de Emenda à Constituição Estadual (PEC) da Previdência ainda não começou a tramitar na Assembleia Legislativa de Goiás. Três projetos enviados pela governadoria foram lidos na sessão ordinária desta terça-feira (29). Havia expectativa que a PEC fosse lida, mas deve ficar para a próxima quinta-feira (29), já que a sessão desta quarta-feira (30) foi suspensa para realização da eleição da Mesa Diretora da Assembleia. A PEC já repercute no Poder Legislativo.

O presidente Assembleia Legislativa, deputado Lissauer Vieira (PSB), afirmou que a tramitação da matéria irá se iniciar na próxima semana, a partir da leitura do texto. O presidente relatou que há dificuldades num ponto jurídico. Ele destacou que será avaliado o entendimento jurídico sobre a possibilidade de começar a tramitar a matéria antes da promulgação da reforma nacional.

Enquanto ocorre a avaliação jurídica, o presidente irá encaminhar aos deputados uma cópia da proposta e já irá lê-la na semana que vem. Assim que for lido, antes de começar a tramitar nas comissões, será preciso aguardar um prazo de dez sessões ordinárias.

Sobre prazos, Lissauer Vieira preferiu adotar cautela. Ele entende que vai ser seguido o regimento da Casa, e entendeu por bem não apontar uma data para aprovação da PEC da Previdência.

"Nós vamos trabalhar para que seja votada dentro do Regimento Interno da Casa e das discussões que os deputados fizerem, o mais breve possível, mas não posso afirmar se será este ano ou no começo do ano que vem", declarou o presidente.

Para o líder do governo na Assembleia, deputado Bru-



Governador detalhou o projeto à imprensa e entregou texto pessoalmente a Lissauer Vieira nesta segunda-feira

no Peixoto (MDB), é importante votar o projeto ainda este ano para conter a projeção de crescimento do déficit da Previdência e dar uma alívio nos cofres públicos.

"O déficit em relação à Previdência é superior a R\$ 3 bilhões. É uma cifra extremamente considerável para um orçamento previsto de R\$ 25 bilhões. Nós temos que, imediatamente, coibir o crescimento desse déficit", argumentou.

Debates

O presidente da Assembleia destacou que o tema precisa ser amplamente debatido pelos deputados estaduais. Ele reconhece que o assunto é polêmico e bastante complexo. Ele alertou que o assunto não pode ser debatido "à toque de caixa".

"Nós vamos ter a oportuni-

dade de fazer audiência pública, de chamar as categorias para conversar. Temos deputados favoráveis, temos deputados contrários. Todos terão oportunidade de apresentar suas emendas, de fazer todos os processos que são liberados pelo Regimento Interno da Casa e não será votado a toque de caixa", afirmou o presidente da Assembleia.

Deputados estaduais pretendem fazer mudanças ao projeto que ainda será debatido na Casa. Adriana Accorsi (PT) visa promover audiência pública para discutir o assunto. O governo replicará o modelo aprovado no Congresso Nacional.

"Consideramos que a reforma aprovada no Congresso representa o fim da previdência pública. Podendo deixar o brasileiro como os chilenos, que passam por anistia, miséria e revolta popular",

avaliou a parlamentar.

Adriana pretende fazer mudanças em relação ao tempo de contribuição para mulheres. Segundo a proposta, tanto homens quanto mulheres, para se aposentar precisarão ter 40 anos de contribuição. Outra preocupação da parlamentar é a possibilidade de aumento de alíquota, que hoje é de 14,25% e pode chegar acima de 20%.

Já o deputado delegado Eduardo Prado (PV), argumentou que não se pode haver diferenças entre os policiais, mas que seja algo estendido a outras áreas da Segurança Públicas. Militares não estão incluídos na PEC da Previdência.

"A União fez um tratamento diferenciado com os militares na Previdência e aqui também não pode ser diferente. Nós vamos estudar, vamos fazer uma emenda em

conjunto com os demais deputados da Segurança Pública", avaliou o parlamentar.

O deputado Hélio de Sousa (PSDB), declarou que pretende acompanhar audiências públicas sobre o assunto. Ele vê com preocupação uma série de mudanças na vida dos servidores públicos.

"Não deixa de ser preocupante. Primeiro porque vai limitar, e muito, os ganhos dos nossos servidores. Vou participar das audiências, para eu escutar as partes, mas eu sei, e todo mundo sabe, que querendo ou não, o servidor vai ser muito prejudicado ao término dessa reforma", analisou.

Com a Reforma da Previdência, o Governo pretende gerar uma economia estimada em R\$ 8,1 bilhões num período de dez anos. **(Especial para O Hoje)**

OPÇÃO (30/10)



168 vagas

Governo de Goiás retoma obras de três Centros de Atendimento Socioeducativos

30/10/2019 08:02 --- Por Felipe Cardoso ---

Unidades terão uma ampla rede de assistência aos menores infratores, com educação em tempo integral, capacitação, esporte e lazer



Secretária de Desenvolvimento Social, Lúcia Vânia, e pelo presidente da Goinfra, Pedro Sales / Foto: Reprodução

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) e a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), autorizou na última terça-feira, 29, a retomada das obras de três Centros de Atendimento Socioeducativos (Case). As unidades são de Itumbiara, Itaberaí e Porangatu. O investimento, segundo a governadoria, será superior a R\$ 22 milhões.

O convênio, realizado em parceria com o governo federal, foi assinado pela secretária de Desenvolvimento Social, Lúcia Vânia, e pelo presidente da Goinfra, Pedro Sales. Durante a solenidade, Pedro Sales destacou que a prioridade da autarquia é dar continuidade às obras rodoviárias, com implantação e restauração, mas sem deixar de lado as obras civis.

“É uma prioridade da secretária Lúcia Vânia e, no que depender da Goinfra, o processo vai caminhar constantemente, para que a gente chegue ao final do mandato do nosso governador Ronaldo Caiado e diga que o socioeducativo é uma referência nacional”, disse o presidente.

Referência nacional

Lúcia Vânia ressaltou que os menores infratores são “passíveis de recuperação” e devem ser tratados com dignidade, o que será possibilitado, segundo ela, com a retomada das respectivas obras. “Temos a obrigação de oferecer todas as condições para que eles venham a ser tratados com dignidade, com respeito e, acima de tudo, que eles venham a ser integrados à sociedade com todo o nosso carinho e dedicação”, afirmou.

Além disso, o diferencial dos Centros de Atendimento Socioeducativos será a implantação de uma ampla rede de assistência aos internos. “Nós vamos colocar a escola em tempo integral, capacitação, esporte e lazer”, ressaltou.

Unidades

Com a assinatura do convênio, a empresa contratante deverá reiniciar as obras e concluí-las dentro do novo prazo estipulado. Em Itaberaí, as obras do centro socioeducativo, que deviam ter sido concluídas em outubro de 2015, foram paralisadas em junho de 2018. A nova previsão é de que a unidade esteja totalmente finalizada em junho de 2020 e ofereça 58 vagas aos menores infratores.

Quanto à unidade de Itumbiara, a governadoria ressalta que ela deveria ter sido entregue em fevereiro de 2018. Com a retomada das obras, a nova previsão é de que esteja pronto em dezembro de 2020 e também ofereça 58 vagas. Da mesma forma, o centro de Porangatu deve estar apto para receber os internos em dezembro de 2020. A unidade, que teve apenas 36% das obras executadas, oferecerá 52 vagas, totalizando 168 vagas nos três municípios.